



# Relatório de Reunião com Recomendações

**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag**

**1º Quadrimestre – 2019**

**Data da reunião: 12/6/2019**



## ASSEMBLEIA FISCALIZA – 1º QUADRIMESTRE DE 2019

### RELATÓRIO DE REUNIÃO CONJUNTA

#### Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag

#### I – Apresentação

No dia 12/6/2019, as Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública e de Participação Popular receberam Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 1º trimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da. Foram convidadas para a [Constituição do Estado](#) reunião as Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, de Segurança Pública e de Saúde.

#### II – Presenças

- **Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária:** deputados Hely Tarquínio (presidente da comissão e da reunião), Virgílio Guimarães (vice-presidente), Fernando Pacheco, João Magalhães (substituindo o deputado Glaycon Franco) e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Virgílio Guimarães) e deputada Laura Serrano.
- **Comissão de Administração Pública:** deputados João Magalhães (presidente), Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Guilherme da Cunha (substituindo o deputado Raul Belém) e João Leite (substituindo o deputado Roberto Andrade) e deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus (substituindo a deputada Beatriz Cerqueira).
- **Comissão de Participação Popular:** deputados Doutor Jean Freire (presidente), Cássio Soares (vice-presidente), André Quintão, Gustavo Valadares, Leonídio Bouças (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz), Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Gustavo Valadares) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Cássio Soares) e deputada Andréia de Jesus (substituindo o deputado André Quintão).
- **Outras presenças:** secretária adjunta de Planejamento e Gestão, Luisa Cardoso Barreto, deputadas Marília Campos, Rosângela Reis e Ana Paula Siqueira e deputados Antonio

Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Wilson Batista, Bosco, Tadeu Martins Leite, Professor Cleiton, Gustavo Mitre, Professor Irineu, Bartô, Betão, Delegado Heli Grilo e Doutor Paulo.

### **III – Discussões**

A reunião contou com o registro de presença de 37 deputados e 24 deles fizeram uso da palavra. Pela ordem dos trabalhos, estabelecida nos arts. 7º e 8º da [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#), o secretário de Estado de Planejamento e Gestão fez uma exposição sobre a situação fiscal do Estado e a gestão da Secretaria e abordou tanto as atividades em execução quanto o planejamento das atividades futuras, destacando as informações sobre as temáticas enfatizadas previamente pelos deputados. Seguem, então, as temáticas debatidas.

#### **1. Gestão de pessoas – provimento de cargos por concurso, retomada de nomeações em certames em vigor, processo seletivo simplificado**

Esse tema foi discutido envolvendo cinco questões: a) **previsão de concursos públicos para os profissionais da educação no Estado e retomada de nomeações dos concursados**; b) **gestão de pessoas da Uemg**; c) **gestão de pessoas da área de segurança pública**; d) **forma de provimento e percentual de recrutamento amplo para a ocupação dos cargos comissionados no Poder Executivo**; e) **parcelamento dos salários dos servidores do Poder Executivo e revisão anual dos vencimentos**.

Tendo em vista que na Secretaria de Estado de Educação – SEE – 60% do pessoal possui vínculo precário de trabalho, a **previsão de concursos públicos para os profissionais da educação no Estado e a retomada de nomeações dos concursados** foi um tema enfatizado pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme [RQC nº 1.893/2019](#). Em resposta, o secretário informou que há previsão de nomeações de aprovados em concurso vigente para cobrir as vacâncias e para substituir os professores designados, sem perspectiva, no entanto, de criação de novas vagas, o que está em discussão entre a Seplag e a SEE. Informou, ainda, no que diz respeito a essa demanda e às questões relativas à deficiência de servidores na Polícia Militar, na Polícia Civil, no Corpo de Bombeiros e na Emater, que não há previsão para a realização de novos concursos, pois o Estado ultrapassou o limite da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#) – LRF – em despesas com pessoal.

No que diz respeito à **gestão de pessoas da Uemg**, relativamente à necessidade de recomposição do quadro de professores e de funcionários, seja por concurso público ou por meio de processo seletivo simplificado, para a contratação temporária, foi informado que isso está sendo tratado pela Seplag com a reitoria da Uemg.

Quanto à **gestão de pessoas da área de segurança pública**, foram debatidas a recomposição do quadro de pessoal da PMMG e da Polícia Civil, e a contratação de agentes penitenciários. Em relação à recomposição do efetivo da **PMMG**, o secretário apresentou um cronograma de recolocação de soldados no policiamento ostensivo, com 400 deles assumindo essa função em julho próximo e outros 400, em agosto, a partir da liberação desses militares do exercício de funções administrativas. Há previsão, ainda, de chamada de aprovados em concurso vigente da PMMG até o mês de fevereiro de 2020. No que diz respeito ao quadro da **Polícia Civil**, a nomeação de investigadores terá início em julho de 2019, uma vez que o concurso tem validade até agosto deste ano. Sobre a contratação dos **agentes penitenciários** que passaram pelo processo seletivo simplificado, foi informado que já foram chamados 300 agentes em 2019, com previsão de chamada mensal, estabelecida a partir da vacância dos cargos. Assim como no caso dos profissionais da educação, não serão criadas novas vagas, dada a limitação imposta pela LRF.

No tocante à **forma de provimento e percentual de recrutamento amplo para a ocupação dos cargos comissionados no Poder Executivo**, o secretário apresentou o programa Transforma Minas, destinado a selecionar gestores para 117 vagas em cargos comissionados, tendo sido selecionadas 4 pessoas até o momento. Na oportunidade, foi também discutido o veto oposto pelo governador aos dispositivos da Proposição de Lei nº 24.253, de 2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado, que limitam a ocupação de cargos de provimento em comissão por servidores efetivos em 70%, por secretaria de Estado. Em resposta, o secretário informou que existem secretarias com carreiras ainda pouco consolidadas, e que, em razão disso, o ideal seria que esse percentual não incidisse no número de cargos por secretaria, mas sobre o total de cargos dessa natureza disponíveis no Estado. Além disso, sugeriu que essa ocupação pudesse ser iniciada por 50% de servidores efetivos, para gradativamente se atingir os 70%.

Por fim, no que diz respeito ao **pagamento não parcelado dos salários dos servidores do Poder Executivo e à revisão anual dos vencimentos**, foi informado que não há como prever a retomada do pagamento em uma única parcela, e que, se o Estado aderir ao regime de recuperação fiscal, haverá a possibilidade de recomposição das perdas salariais decorrentes da inflação.

## **2. Gestão de pessoas – previdência e assistência aos servidores públicos**

Questionado sobre os impactos da reforma da previdência e a inclusão dos estados e municípios na proposta de emenda à Constituição em tramitação no Congresso Nacional, o secretário informou que o governo Zema apoia a PEC e é favorável à inclusão dos estados e municípios em seu escopo. Caso os estados não sejam incluídos, essa seria uma questão a ser enfrentada pelos Poderes Executivo e Legislativo, pois o déficit da previdência no Estado é de R\$17,5 bilhões. Em razão disso, foi instituído um grupo de trabalho para discutir a situação da previdência, formado por representantes da Segov, da Seplag e da SEF. Quando os estudos sob responsabilidade desse grupo estiverem prontos, os resultados serão apresentados à ALMG, para discussão. Ainda nessa temática, houve questionamento sobre a situação financeira do Ipsemg e a suspensão do atendimento em clínicas e laboratórios conveniados, ao que o secretário informou que o Estado está aportando recursos com vistas à regularização do pagamento de fornecedores do Ipsemg. Esse atraso estará regularizado até o final de agosto de 2019 e a rede credenciada deverá retornar ao nível de atendimento a partir de setembro. Afirmou, ainda, que a entidade não é autossustentável, isso porque os recursos advindos das contribuições dos servidores, da coparticipação e da contribuição patronal não conseguem financiar os serviços prestados. Em razão disso, afirmou ser necessário discutir o modelo atual de gestão do instituto, com a participação do Estado, da Assembleia e dos servidores.

## **3. Encaminhamento de projeto de lei complementar relativo à Lei Orgânica do sistema socioeducativo e do sistema prisional**

O secretário informou que a Seplag vem discutindo o assunto com a Sejusp, mas que não há prazo para o envio do projeto de lei, podendo encaminhar, posteriormente, o cronograma de discussões à ALMG. (Ver [RQN nº 1.369/2019](#), da Comissão de Segurança Pública: pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre o cronograma de envio de projeto de lei complementar que instituirá a Lei Orgânica do sistema socioeducativo e do sistema prisional, bem como sobre a proposta de nova escala de trabalho – de 24 por 72 horas – para os agentes socioeducativos e para os agentes prisionais).

## **4. Cronograma de retomada das obras inacabadas na área da saúde – tema enfatizado pela Comissão de Saúde, conforme [RQC nº 1.877/2019](#)**

Em relação à situação das obras dos hospitais regionais, o secretário informou não haver como concluí-las com recursos do Tesouro estadual, em razão da crise fiscal atual. Como solução, foi criado um grupo de trabalho composto por representantes das Secretarias de Estado de Saúde, de Planejamento e Gestão e de Transportes e Obras Públicas para buscar alternativas para a finalização das obras dos hospitais regionais do Estado e para o custeio de sua operação. Segundo ele, um dos resultados dos trabalhos desse grupo foi a publicação de um edital de Tomada Pública de Subsídios, em 13/5/2019, para que empresas, cooperativas e organizações sociais pudessem contribuir com a SES com a estruturação de modelos técnicos, jurídicos e econômico-financeiros, destinados a viabilizar a implantação dos hospitais regionais. Desde a publicação do edital, 25 entidades já se cadastraram e apresentaram propostas e o prazo para o cadastramento termina em 30/6/2019. Após esse prazo, o grupo de trabalho se reunirá com as entidades cadastradas para deliberar sobre as propostas e avaliar sua viabilidade. A prioridade, de acordo com o secretário, é concluir os hospitais cujas obras se encontram em estágios mais avançados, uma vez que a situação de execução das obras varia de hospital para hospital, havendo unidades próximas à conclusão e outras iniciando a terraplanagem do terreno.

Em relação a outras obras em andamento, ressaltou que neste ano já foram concluídas as do hemocentro de Pouso Alegre e do serviço de verificação de óbitos de Belo Horizonte.

Sobre a situação dos hospitais da Fhemig, o secretário informou que foi solicitada à entidade estudo sobre a possibilidade de funcionamento dos hospitais como organizações sociais ou Oscips, com vistas à redução de custos e à melhoria do atendimento à população. Ainda segundo o secretário, não haverá privatização desses hospitais, mas um chamamento público para o estabelecimento de parcerias com organizações sociais, o que será oportunamente discutido com a ALMG.

## **5. Planejamento do Estado para a regularização do repasse de recursos à Secretaria de Estado de Saúde**

O secretário esclareceu que o atual governo assumiu a gestão do Estado com uma dívida inscrita em restos a pagar, na área da saúde, em torno de R\$7 bilhões. Desse valor, aproximadamente metade se refere às despesas liquidadas (R\$3,414 bilhões) e ainda não pagas e a outra metade, a despesas ainda não liquidadas. Uma das consequências dessa situação foi o desabastecimento de medicamentos, pois muitos fornecedores que estavam recebendo com atraso não se interessaram em participar dos processos de venda de medicamentos ao Estado. O secretário

informou que até o momento já foram pagos aproximadamente R\$1 bilhão dos restos a pagar, com expectativa de regularização dos pagamentos em seis meses.

No que se refere ao cumprimento constitucional dos 12%, o secretário afirmou que não há contingenciamento de recursos no orçamento da saúde, mas sim severa restrição financeira. Em razão disso, informou que não pode estimar o prazo de regularização desse repasse. Houve, ainda, questionamento sobre a regularização do repasse de recursos ao Samu, com a resposta de que em 11 de junho deste ano foi iniciada a regularização do pagamento aos consórcios que administram esse serviço.

**6. Programação de investimentos do Estado em infraestrutura de estradas, ferrovias, portos secos e atração de empresas para geração de emprego e renda e a retomada do desenvolvimento econômico de Minas Gerais** – tema enfatizado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, conforme [RQC nº 1.880/2019](#)

Segundo o secretário, o déficit fiscal do Estado não permite a realização de investimentos de grande porte, típicos da área de infraestrutura de transportes. Ainda assim, existe a previsão de investir R\$196 milhões em infraestrutura de estradas, sendo que no primeiro quadrimestre de 2019 já foram investidos cerca de R\$75 milhões. Destacou, ainda, a realização do programa de concessão de rodovias, que estima a entrada de R\$7 bilhões de investimentos, e a discussão sobre as concessões das ferrovias. Nesse tocante, o secretário foi questionado sobre a necessidade de solucionar problemas relativos à administração das ferrovias mineiras, notadamente as localizadas na região metropolitana, com gestões junto ao governo federal, visando à reversão dos recursos provenientes da outorga concedida para a exploração dessas linhas em investimentos em ferrovias no Estado, especialmente para a expansão do metrô. Além disso, o secretário informou sobre a compensação da Vale, relativa ao rompimento da barragem de Brumadinho, com o planejamento da implantação de linha férrea para o transporte de passageiros no percurso Belo Horizonte-Brumadinho, com estudos para a possibilidade de expansão para Mariana, visando à mobilidade metropolitana e ao turismo.

**7. Processo de discussão participativa do PPAG realizado pela ALMG em parceria com o Poder Executivo** – tema enfatizado pela Comissão de Participação Popular, conforme [RQC nº 1.822/2019](#)

O secretário de Estado de Planejamento e Gestão ressaltou que está aberto à parceria para a realização do processo participativo de discussão do novo PPAG 2020-2023, afirmando que por parte do Poder Executivo o modelo participativo de discussão será mantido. Sobre a execução das emendas oriundas do processo participativo do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2019, o secretário informou que ainda não houve autorização para a execução das emendas por sugestão popular.

O titular esclareceu, ainda, que foi realizado planejamento estratégico pelo Estado, com vistas a subsidiar a atualização do PMDI e, com isso, a proposta do PPAG para o próximo quadriênio.

## **8. Enfrentamento da crise fiscal do Estado**

O enfrentamento da crise fiscal do Estado foi abordado em três aspectos: a) **adesão ao Regime de Recuperação Fiscal**; b) **recuperação de possíveis créditos decorrentes da [Lei Kandir \(Lei Complementar Federal nº 87, de 13/9/1996\)](#)**; c) **revogação das desonerações de ICMS na exportação de produtos de agropecuária e da atividade minerária, concedidas pela Lei Kandir, de forma a restabelecer fonte de recurso aos estados e municípios ([PEC nº 42/2019](#), em tramitação no Congresso Nacional)**.

O secretário enfatizou que uma solução para o enfrentamento da crise fiscal do Estado seria a **adesão ao Regime de Recuperação Fiscal**, aprovado pela [Lei Complementar Federal nº 159/2017](#). Informou que os projetos de lei relativos a essa adesão serão encaminhados à ALMG em breve. Além da adesão ao regime, afirmou a necessidade de se reduzirem as despesas obrigatórias, com iniciativas já tomadas para esse fim, tais como a recente aprovação da reforma administrativa, a busca por eficiência de gestão com a contratação via chamamento público de cargos comissionados de gestão, o aumento da produtividade no serviço público, por meio da revisão de processos e da automação, além da expectativa de se reduzir a contratação de pessoal, buscando alternativas para que as vagas geradas por vacância não precisem ser, necessariamente, preenchidas por concurso público. Segundo o secretário, a reforma administrativa ([Lei nº 23.304, de 30/5/2019](#)) gerará um impacto na despesa do Estado, com a redução de secretarias e cargos comissionados, da ordem de R\$19.449.159,77, mensalmente, com economia anual projetada de R\$227.336.912,50.

No que diz respeito à **recuperação de possíveis créditos decorrentes da [Lei Kandir](#)**, o secretário informou que entende ser impraticável que o governo federal repasse a cada estado o valor devido, apesar da cobrança da AGE sobre a decisão proferida pelo STF. O governo

de Minas continuará insistindo, mas a solução é de caráter estrutural e de longo prazo, embora existam questões de curto prazo que precisam ser resolvidas. Ainda sobre essa temática, segundo o secretário, o Estado deve cobrar da União, e, embora seja ilusório esperar o pagamento do valor total devido, é possível buscar a regularização dos repasses, a partir de agora

Por fim, relativamente à **revogação das desonerações de ICMS na exportação de produtos de agropecuária e da atividade minerária, concedidas pela [Lei Kandir](#)**, no que diz respeito à possibilidade de aumento da arrecadação por meio do ICMS sobre a exportação de nióbio e de minério de ferro, o secretário informou que o governo está promovendo estudos para verificar os impactos dessa cobrança, mas que isso não resolveria o problema imediato da atual crise fiscal do Estado.

## **9. Rigidez na execução do orçamento público** – tema enfatizado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, conforme [RQC nº 1.880/2019](#)

Segundo o secretário, a rigidez orçamentária do Estado é caracterizada pela vinculação de receitas e pelas despesas obrigatórias. As principais despesas obrigatórias seriam aquelas destinadas a gastos constitucionais com ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços públicos de saúde, fomento e amparo à pesquisa e transferências aos municípios; às despesas com pessoal civil e militar ativo, inativo e pensionistas, com destaque para a cobertura do déficit previdenciário, em razão da complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS; e despesas com o serviço da dívida, além do pagamento de benefícios e das transferências ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep.

Atualmente, 68% da arrecadação mineira é oriunda do ICMS, e o Estado dispõe apenas de 40,4% para livre utilização. Dentro desse percentual de livre utilização, pagam-se despesas obrigatórias, que representam 30% do valor arrecadação. Assim, segundo a apresentação do secretário, a margem discricionária do governo na alocação dos recursos disponíveis encontra-se reduzida, em torno de 10%. Vinculações semelhantes aplicam-se a outras receitas importantes como IPVA, ITCD, IRRF e transferências da União.

Segundo o secretário, então, há excesso na vinculação de receitas, o que leva ao engessamento da execução orçamentária, diminui a capacidade de gestão e complica ainda mais o enfrentamento da crise fiscal do Estado. Trata-se de uma agenda de competência da União, mas o Estado está fazendo gestões no Congresso e junto ao governo federal, em apoio à revisão das vinculações orçamentárias.

## 10. Empresas públicas

Segundo o secretário, a MGS está em estado de insolvência, uma vez que foram retirados recursos da empresa para financiar o Estado, no período de 2015 a 2018. Se a MGS permanecer dependente apenas do Poder Executivo do Estado, como cliente, não há como mantê-la. Ainda de acordo com o secretário, seria necessário ampliar a carteira de clientes da empresa, buscando mercado nos outros Poderes e órgãos da administração pública, como uma das alternativas para a reversão de seu atual estado financeiro.

No que diz respeito às demais empresas públicas, foram tratados assuntos pontuais, tais como a valorização das ações da Copasa, que segundo o secretário ocorreu a partir de outubro de 2018, com o resultado eleitoral; a necessidade de recursos para cobrir o passivo de atendimento da Copanor e o atraso da Cemig na realização de ligações elétricas rurais.

Além desses temas, que provocaram maior debate na reunião, também foram discutidas as questões destacadas a seguir.

- **Regularização do repasse de recursos para a Educação.** O secretário informou que o governo espera e está fazendo gestões para que se regulamente a permanência do Fundeb, como mecanismo de garantia do financiamento sistemático da educação. Em sequência, informou que as condições e os valores dos repasses para as universidades estaduais serão mantidos.
- Informações sobre a **dívida patronal do Estado com o IPSM e com o Ipsemg**, com a apresentação dos montantes e da expectativa de regularização.
- **Relação do Poder Executivo com as entidades sindicais**, ao que o secretário afirmou estar aberto ao diálogo com os representantes dessas entidades, mas que as questões salariais serão tratadas nos limites impostos pelo enfrentamento da crise fiscal.
- **Demora na liberação da outorga para uso da água pelo Igam**, o que foi respondido pelo secretário que a Semad está implementando um sistema automatizado para a emissão dessas outorgas, o que irá reduzir, em muito, os atrasos atualmente verificados.
- **Energias renováveis** – [A Lei nº 22.549, de 30/6/2017](#), em seu art. 48, que acrescenta o art. 8-C à [Lei nº 6.763, de 26/12/1975](#), que consolida a legislação tributária do Estado de Minas

Gerais e dá outras providências, disciplina a redução de ICMS para a microgeração e minigeração de energia solar fotovoltaica, assim como para o fornecimento de equipamentos, peças, partes e componentes utilizados para microgeração e minigeração de energia solar fotovoltaica, o que incentivou o setor. Os deputados sugeriram, então, que o Poder Executivo, em face das atuais limitações impostas pela [Lei Complementar Federal nº 160, de 7/8/2017](#), faça gestão junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, visando ao tratamento fiscal isonômico para as demais fontes de energia renovável na geração de energia elétrica, a partir do conceito de mini e microgeração, a exemplo do biogás, da biomassa, cogeração com resíduos e pequenas centrais hidrelétricas e eólica.

- **Pagamento de indenização aos filhos das pessoas com hanseníase**, ao que o secretário respondeu já estar agendada reunião para o dia 25 de junho, para definição, pelo grupo de trabalho, do cronograma de pagamentos.
- **Priorização do desenvolvimento econômico das regiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e Norte de Minas**, como potencial para a construção de alternativas para a diversificação da base produtiva do Estado.
- **Manutenção da Mesa de Diálogo**, como instrumento de governança no tocante aos conflitos fundiários urbanos e rurais, ao que o secretário respondeu que esse instrumento foi mantido na estrutura de governança decorrente da reforma administrativa, mas sua gestão será transferida para a Sedese.
- **Previsão de investimentos do FunCafé**, especialmente para o agricultor familiar, com resposta do secretário de que esse fundo é operado pelo governo federal e que a administração estadual realiza o repasse de recursos ao produtor, por meio do BDMG, para que o produtor não precise vender seu produto no momento de baixa do preço. A previsão é que em 2020 se aumente o limite para o repasse em Minas Gerais, de R\$700 milhões para R\$1 bilhão.
- **Estadualização de rodovias – BRs 251 e 365**. O secretário de Estado de Planejamento e Gestão informou que há possibilidade de estadualização da BR-251, o que está em discussão com o governo federal.

#### **IV – Recomendações**

Em atendimento ao art. 9º da [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#), as comissões apresentaram recomendações decorrentes da reunião, na forma dos requerimentos a seguir identificados.

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

- [RQN nº 1.689/2019](#) – Pedido de providências à Bancada mineira no Congresso Nacional para que una esforços com os demais parlamentares dos estados exportadores na busca da regulamentação legislativa das perdas de receitas de ICMS decorrentes da exoneração instituída pela Lei Kandir.
- [RQN nº 1.737/2019](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, levando-se em consideração o texto apresentado no projeto de lei da LDO 2020, sobre qual o grau de priorização do governo para concluir obras já iniciadas, como o caso da Estrada do Contorno, localizada em Cataguases, que conecta diversos municípios da Zona da Mata.

### **Comissão de Participação Popular**

- [RQC nº 2.873/2019](#) – Visita da comissão à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – para analisar a viabilidade de execução das emendas decorrentes do processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, para o exercício de 2019, realizado pela ALMG em 2018, e para tratar do planejamento e da preparação do processo de discussão participativa do novo PPAG 2020-2023.
- [RQC nº 2.875/2019](#) – Audiência pública da comissão para monitorar os desdobramentos das propostas de ação legislativa – PLEs – resultantes do processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, para o exercício 2019, notadamente a execução de emendas ao plano.

### **Comissão de Administração Pública**

- [RQN nº 1.839/2019](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão sobre as medidas de resolução estrutural da situação fiscal e tributária do Estado, considerando que o Regime de Recuperação Fiscal constitui medida temporária de

enfrentamento das dificuldades de curtíssimo prazo e, ao mesmo tempo, exige a renúncia a processos de disputa tributária com a União, o que inclui a reivindicação de acerto de contas sobre a Lei Kandir/Emenda Constitucional nº 42.

- [RQN nº 1.846/2019](#) – Pedido de informações ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão sobre a situação econômica e financeira da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A., o número de empregados públicos demitidos pela atual gestão e a projeção de novos desligamentos.
- [RQN nº 1.837/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para que as atividades da Mesa de Diálogo para mediação de conflitos fundiários sejam retomadas o mais breve possível.
- [RQN nº 1.842/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para que não sejam interrompidas, até a realização de concurso público para provimento de cargos de professor e técnicos administrativos, as atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg.
- [RQN nº 1.835/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para que seja enviado a esta Casa, para acompanhamento, o cronograma de pagamento de benefícios aos filhos dos hansenianos.
- [RQN nº 1.834/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para rever a política de demissões dos trabalhadores, a reabertura das unidades dos Postos UAI e para promover a realocação dos trabalhadores.
- [RQN nº 1.832/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para que seja instalada a Mesa Permanente de Negociações Sindicais, para negociação das demandas trabalhistas dos servidores públicos estaduais, por meio de suas entidades representativas.
- [RQN nº 1.826/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para que apresente avaliação ou diagnóstico sobre a estrutura tributária do Estado, em particular no que diz respeito à distribuição da carga tributária sobre os contribuintes, considerando-se sua capacidade contributiva, diagnóstico ou avaliação que embasa a decisão do governo do Estado de não alterá-la.
- [RQC nº 2.865/2019](#) – Audiência pública, em reunião conjunta da comissão com a Comissão de Saúde, para debater as propostas do governo estadual para a manutenção da prestação da assistência à saúde dos servidores estaduais pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.

